



## Para Sarney, Rio+20 amplia consciência sobre preservação

Na opinião do presidente do Senado, conferência da ONU ajudará sociedade a pressionar governos em defesa do planeta

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que, em um evento tão grande quanto a Rio+20, é difícil chegar a um consenso. Mas ele acredita que o encontro vai contribuir para ampliar a consciência global na direção do desenvolvimento sustentável. Ontem, dez senadores participaram de debate conjunto de duas comissões sobre a produção de alimentos e manejo da água. **4 e 5**



Marcello Casal Jr/ABr

**Brasileiro vincula preservação a desenvolvimento, revela pesquisa 4**

**Audiência no Rio debate o desafio da produção de alimentos 4**



Jane da Anuncição/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Marcha Contra o Código Florestal na Rio+20 (acima), Gurgacz, Luiz Henrique e Kátia Abreu durante debate (E) e Sarney em entrevista sobre a conferência

**CPI do Cachoeira marca nove depoimentos 3**

**Parlasul volta a se reunir em 2 de julho 6**



Pedro Franco/Agência Senado

Abertura do Fórum Senado Brasil 2012, ontem, no auditório do Interlegis: intelectuais conduzem conferências sobre os grandes temas do Brasil e do mundo

**Filósofo da Sorbonne fala hoje sobre democracia**

Fórum Senado Brasil 2012 foi aberto ontem por uma conferência do professor Francis Wolff, da Escola Normal Superior de Paris. Ele falou sobre o apolitismo. O fórum continua hoje, no auditório do Interlegis, com Charles Girard, professor da Sorbonne. **7**

Presidente da CMO afirma que calendário de sessões do Senado e da Câmara dos Deputados atrapalha votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; ele prevê atraso na apreciação da matéria

# Sem quórum, reunião sobre Orçamento 2013 é cancelada

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Pimenta (PT-RS), lamentou que o calendário de sessões da Câmara e do Senado não facilite os trabalhos da comissão, onde tramita o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013.

Contrariado, Paulo Pimenta foi obrigado a encerrar a reunião de ontem da CMO. A falta de quórum (um sexto dos parlamentares, tanto na representação da Câmara quanto do Senado) impediu o reinício da reunião encerrada na véspera, quando foi aprovado o relatório preliminar ao projeto da LDO 2013 e aberto o prazo para apresentação de emendas (até a próxima quinta-feira).

Por determinação constitucional, a LDO, que dá origem à Lei Orçamentária Anual (LOA), precisa ser aprovada até 17 de julho, para que possa ter início o recesso parlamentar.

Antes de encerrar os trabalhos e cancelar as reuniões agendadas anteriormente para as 18h e 20h de ontem e para as 10h de hoje, Pimenta advertiu que não serão de



Paulo Pimenta, presidente da CMO: reuniões de ontem e hoje canceladas

responsabilidade da CMO eventuais atrasos no cronograma de tramitação da proposta orçamentária.

Entre os itens da pauta da comissão, encontram-se duas medidas provisórias (MPs), ambas de 2012, que abrem crédito extraordinário para atender a estados do Nordeste atingidos pela estiagem.

A MP 566 destina R\$ 706,4 milhões aos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional. A MP 569, por sua vez, reserva R\$ 688,5 milhões aos ministérios da Integração Nacional, da Defesa e do Desenvolvimento Social.

De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o relatório preliminar da LDO de 2013, aprovado anteontem, estabelece as regras para a apresentação de emendas à proposta orçamentária do Executivo.

As emendas irão compensar a ausência do anexo de metas e prioridades da proposta orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso, em abril. O relatório estabelece que os congressistas, as comissões da Câmara e do Senado e as bancadas estaduais poderão apresentar emendas à proposta orçamentária.

## Valadares: site aproxima comissão da sociedade

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), elogiou a implantação, pela Câmara dos Deputados, de uma página na internet ([edemocracia.camara.gov.br/web/ldo](http://edemocracia.camara.gov.br/web/ldo)) que permite o contato entre a comunidade e a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O registro foi feito durante a reunião em que foi aprovado o relatório preliminar da lei orçamentária de 2013.

Valadares também criticou os integrantes de outros Poderes da República, que, a seu ver, desejam diminuir o papel do Legislativo.

— Esse é um mecanismo

importante e indispensável à elaboração do Orçamento, que vem para, no mínimo, contribuir para atender aos mais variados interesses da sociedade — afirmou.

Segundo o senador, “a Câmara evidencia perante a sociedade que o Legislativo é o mais aberto, o mais democrático, o mais transparente de todos os Poderes”. Disse ainda que estará aberto às sugestões inseridas no portal, por acreditar que o fortalecimento da internet hoje faz com que o cidadão esteja mais perto do Congresso.

— Apesar das tentativas vãs que um ou outro membro de outros Poderes faz no sentido de enfraquecer a atividade

legislativa, querendo tomar o lugar do legislador, nós somos insubstituíveis. Aqueles que querem se colocar no nosso lugar, apesar da sapiência, da sabedoria jurídica, dos serviços que prestaram ao longo de sua vida na judicatura, estão ali no Judiciário, não eleitos, mas nomeados pelo presidente da República, com passagem pelo Poder Legislativo — continuou.

Valadares disse que os parlamentares “não são vitalícios, são representantes de uma população sequiosa de obras e transparência”.

— Não há nenhuma norma constitucional que autorize algum outro Poder a substituir o Legislativo — afirmou.



Página da Comissão Mista de Orçamentos na internet: diálogo com o cidadão



Valadares: “mecanismo indispensável para a elaboração do Orçamento”

## Empresa que não eliminar dado negativo de cliente pode ser punida

Empresas que deixarem de eliminar dos seus cadastros e bancos de dados informações negativas sobre correntistas e clientes, referentes a período superior a cinco anos, poderão ser penalizadas. Projeto de lei com essa finalidade foi apresentado na sexta-feira pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e enviado para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

inadimplente ou que já tenham ingressado na justiça contra o banco”.

Para suprir a lacuna deixada no CDC sobre a adequação dos cadastros, Ana Amélia propõe a inclusão de um artigo que prevê pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa para as empresas que não eliminarem dados negativos após cinco anos.

Após exame na CAE, o projeto (PLS 209/12) será encaminhado às comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última decisão terminativa — que não precisa passar pelo Plenário.

**Proposta da senadora Ana Amélia altera o Código de Defesa do Consumidor**



Senadora quer evitar “listas negras perpétuas” contra clientes

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão de hoje não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

### CMMC: Reunião na Rio+20

15h30 A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, debate, durante a Rio+20, os princípios da Política Nacional de Mudanças Climáticas, nos marcos da sustentabilidade, e também os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Participam os presidentes das comissões de Meio Ambiente do Senado, Rodrigo Lolemberg, e da Câmara, deputado Sarney Filho, entre outros. A reunião será no Espaço do Comitê Nacional de Organização, Parque dos Atletas, Rio de Janeiro.

### FÓRUM: Consenso na democracia

18h30 Continua no Interlegis o Fórum Senado Brasil, ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade. O tema de hoje é “O consenso na democracia: igualdade, unanimidade, legitimidade”, ministrado por Charles Girard. O fórum vai até o dia 7 de agosto.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# CPI mista do Cachoeira marca nove depoimentos para próxima semana

Serão ouvidas seis pessoas ligadas a Perillo (Lúcio Fiúza, Écio Ribeiro, Alexandre Milhomem, Jayme Rincón, Eliane Pinheiro e Luiz Carlos Bordoni) e três relacionadas a Agnelo (Marcello Lopes, Claudio Monteiro e Zunga)

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito que investiga as relações de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com agentes públicos e privados deverá ouvir o depoimento de nove pessoas na próxima semana. Os três primeiros, marcados para a terça-feira, às 10h15, serão questionados sobre a venda da casa onde o contraventor foi preso em fevereiro deste ano. O imóvel, num condomínio de luxo em Goiânia, pertenceu ao governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB).

Serão ouvidos o ex-assessor de Perillo, Lúcio Fiúza Gouthier, que teria presenciado o pagamento do imóvel; Écio Ribeiro, um dos sócios da empresa Mestra Administração e Participações, em nome da qual a casa foi registrada num cartório em Trindade (GO); e Alexandre Milhomem, arquiteto que trabalhou na reforma da residência.

Na quarta-feira, também às 10h15, serão ouvidas outras três pessoas ligadas ao governador de Goiás ou que alegam ter tido relação com ele:

O primeiro, Jayme Eduardo Rincón, é ex-tesoureiro da campanha de Perillo ao governo do estado em 2010, é presidente da Agência Goiana de



O presidente da Agetop, Jayme Eduardo Rincón, depõe na quarta

Transportes e Obras Públicas (Agetop) e foi citado em ligações telefônicas interceptadas pela Polícia Federal. Da primeira vez que foi convocado, em 30 de maio, Jayme alegou problemas de saúde para não comparecer.

A segunda, Eliane Gonçalves Pinheiro, é ex-chefe de gabinete de Perillo. Segundo a PF, ela avisou Geraldo Messias, prefeito de Águas Lindas (GO), que agentes fariam uma operação de busca na casa dele numa operação de combate a fraudes contra a Receita Federal em Goiás. Logo que as denúncias vieram à tona, ela pediu exoneração. Da primeira vez que foi convocada, Eliane conseguiu *habeas corpus* para permanecer em silêncio e também alegou problemas de saúde para não comparecer.

Já o radialista Luiz Carlos Bordoni afirmou, em entrevista, ter recebido dinheiro da Alberto & Pantoja Construções para prestar serviço à campanha de Perillo ao governo de Goiás em 2010. Segundo



Ex-chefe de gabinete do GDF, Claudio Monteiro será ouvido no dia 28

a Polícia Federal, a Alberto & Pantoja é uma empresa de fachada de Cachoeira para lavar dinheiro da empreiteira Delta. A filha do radialista, Bruna Bordoni, já trabalhou no gabinete do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

## Distrito Federal

Na próxima quinta-feira, às 10h15, a CPI colhe três depoimentos para buscar esclarecer fatos relacionados ao governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT).

Será ouvido Claudio Monteiro, ex-chefe de gabinete

do governador do DF, que foi citado em escutas telefônicas como possível facilitador do esquema de Cachoeira no governo do DF. À CPI, Agnelo afirmou não ter conhecimento sobre qualquer proximidade de Monteiro com Cachoeira e defendeu seu ex-subordinado.

Também será convocado o ex-assessor da Casa Militar do DF Marcello de Oliveira Lopes, conhecido como Marcelão. Segundo a Polícia, ele estava envolvido na tentativa de conseguir a nomeação de um aliado de Cachoeira no Serviço de Limpeza Urbana (SLU) da capital. Segundo Agnelo relatou à CPI, logo depois que se tornaram públicas as denúncias, Marcelão foi afastado.

O terceiro depoente do dia será João Carlos Feitoza, ex-subsecretário de Esportes do DF, também conhecido como Zunga. Ele é suspeito de receber dinheiro do grupo de Cachoeira e também de ser uma espécie de contato entre o Agnelo e o contraventor.

As reuniões da CPI mista podem ser acompanhadas pela internet, no link [www.senado.gov.br/noticias/tv](http://www.senado.gov.br/noticias/tv).

## Encontros marcados

Confira os depoimentos agendados pela CPI para a próxima semana

### Terça-feira, 10h15

- Lúcio Fiúza Gouthier, ex-assessor do governador Marconi Perillo (GO)
- Écio Antônio Ribeiro, sócio da Mestra Administração
- Alexandre Milhomem, arquiteto que trabalhou na reforma da casa do governador

### Quarta-feira, 10h15

- Jayme Eduardo Rincón, ex-tesoureiro de campanha de Perillo
- Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete do governador
- Luiz Carlos Bordoni, radialista que teria trabalhado em campanha de Perillo

### Quinta-feira, 10h15

- Claudio Monteiro, ex-chefe de gabinete do governador Agnelo Queiroz (DF)
- Marcello de Oliveira Lopes, ex-assessor da Casa Militar do DF
- João Carlos Feitoza, ex-subsecretário de Esportes do DF

## PMDB nega doação direta de recursos da Delta a Nilda Gondim

O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), divulgou nota oficial desmentindo notícia, publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, de que a construtora Delta doou R\$ 50 mil à campanha eleitoral da deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), mãe do presidente da CPI mista do Cachoeira, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

A Delta é apontada pela Polícia Federal como uma das peças do esquema de contravenção de Carlinhos Cachoeira.

No comunicado, Raupp afirma que “não há nenhuma relação das doações da construtora Delta com a deputada Nilda Gondim”, mas admite que o PMDB e outras legendas receberam doações de “forma legal” da Delta. Ele explica que a distribuição interna dos recursos oriundos das doações é feita “de acordo com as demandas que chegam ao partido”.

Segundo a Folha, “a Delta abasteceu, por meio de contas ocultas” a campanha Nilda Gondim e de outros políticos. Ainda conforme a publicação, “a empreiteira enviava os recursos para o PMDB, mas ‘carimbava’ os candidatos que deveriam receber”.

A nota oficial de Raupp diz que o repasse de R\$ 50 mil foi feito pelo diretório nacional do PMDB obedecendo os princípios que regem a legislação eleitoral, e que “consta na prestação de contas da deputada encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba o repasse feito pelo diretório”.

# Justiça Eleitoral recebe lista de candidatos com contas irregulares

Já está no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a relação de gestores públicos que tiveram suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), devido a irregularidades. A critério da Justiça Eleitoral, todos podem ser enquadrados na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) e ficar inelegíveis pelos próximos oito anos.

A lista foi entregue na terça-feira à presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, pelo presidente do TCU, Benjamin Zymler. Essa formalidade está prevista na Lei das Eleições (9.504/97), que obriga o TCU a apresentar a listagem à Justiça Eleitoral até 5 de julho do ano em que ocorrem eleições. A partir daí, a lista será atualizada diariamente até o último dia do ano — o que significa

que novos nomes podem ser incluídos.

De acordo com a Lei de Inelegibilidades (64/90), que foi ampliada pela Lei da Ficha Limpa (135/10), os gestores que tiverem suas contas julgadas irregulares pelo TCU não podem se candidatar a cargos eletivos, como os de prefeito

e vereador. A sentença do tribunal vale pelos oito anos seguintes, a menos que seja suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário.

Segundo Zymler, cerca de 7 mil gestores públicos federais, estaduais e municipais tiveram contas rejeitadas pelo TCU em decisões definitivas,

irrecorríveis, nos últimos oito anos. Ele observou que “o TCU oferece grandes oportunidades de defesa durante o processo administrativo”.

Cármen Lúcia disse que agora cabe à Justiça Eleitoral avaliar se há, na relação apresentada, atos que possam gerar a inelegibilidade desses

administradores. Ela explicou que isso ocorrerá nos julgamentos de eventuais processos em andamento relativos a esses casos. A relação do TCU será encaminhada aos tribunais regionais (TREs), para ser levada ao conhecimento dos juízes eleitorais.

A Justiça Eleitoral informa que partidos políticos, coligações ou candidatos podem utilizar as informações da lista para impugnar o pedido de registro de candidaturas de seus concorrentes, num período de cinco dias após a publicação do edital do pedido. A lista pode ser consultada no site do TSE, em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2012/contas-irregulares-tcu>.

(Com informações da Agência de Notícias da Justiça Eleitoral)



A presidente do TSE, Cármen Lúcia, com Benjamin Zymler (E) e Augusto Nardes, presidente e corregedor do TCU

## Produção de alimentos é desafio para o Brasil

Com dez senadores, as comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fizeram ontem uma audiência pública conjunta no Rio de Janeiro, em atividade paralela à Rio+20.

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), lembrou que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) projeta que a população mundial necessitará de 70% a mais de alimentos até 2050 e o Brasil será responsável por 40% dessa demanda. O Ministério da Agricultura, segundo Gurgacz, calcula que até 2020 terá de ampliar a área ocupada por lavouras de 62 milhões para 68 milhões de hectares.

— A proposta de desmatamento zero é incompatível com a meta de produção de alimentos estipulada pela FAO — disse o senador.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), disse que 70% da água doce hoje utilizada no mundo se destina à agricultura. Para ele, o desafio é reduzir o consumo de água e ampliar a produção de alimentos. A saída, afirmou, é aumentar a produtividade.

Rollemberg advertiu que o Brasil precisa aumentar ainda mais sua matriz energética renovável, hoje em 44% do total. A média mundial é de 13%.

— Não podemos deixar a

descoberta do pré-sal reduzir a utilização da agroenergia.

Kátia Abreu (PSD-TO) salientou a importância de o setor agropecuário estar presente na Rio+20. A senadora enfatizou a impossibilidade de discutir o meio ambiente sem abranger as questões da pobreza e da economia verde.

Ela afirmou que, dos 236 milhões de hectares destinados à produção agropecuária no Brasil, 15% estão degradados. A senadora informou que o custo para recuperação das áreas degradadas é estimado em R\$ 80 bilhões e que essa recuperação pode dobrar a produção de carne ou triplicar a produção de grãos.



Os senadores Ana Amélia, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Sérgio Souza e Casildo Maldaner participam de audiência do Senado no Rio de Janeiro, em atividade paralela à Rio+20

João de Brito/Agência Senado

## Senadores pedem utilização racional da água

O Brasil, assim como outros países, precisa desenvolver uma inteligência para lidar com a utilização da água, na opinião do diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, Maurício Lopes.

Ele participou ontem, na Rio+20, da audiência conjunta da CRA e da CMA. Indagado por Sérgio Souza (PMDB-PR), sobre o momento de o Brasil implantar um plano nacional de irrigação, Lopes respondeu ser preciso “muito mais que isso”.

Já o indiano Arunabha Ghosh, diretor executivo de Conservação de Energia, Meio Ambiente e Águas de Nova

Délhi, disse a Sérgio Souza que mesmo um bem renovável, como a água, pode se esgotar com o uso predatório.

Em palestra, Ghosh apresentou as políticas de recursos hídricos na Índia, que promovem a otimização do uso da água por produtores rurais, indústrias e cidades, ao mesmo tempo em que estimulam a redução do consumo.

Respondendo a Luiz Henrique (PMDB-SC), o indiano acrescentou que o aproveitamento da água das chuvas é alvo de práticas tradicionais na Índia há 700 anos, e que o governo tem incentivado colocação de estruturas

de coleta da água pluvial nas cidades, em prédios e condomínios.

Ana Amélia (PP-RS) indagou a Ghosh quais medidas o Brasil pode utilizar para proteger e otimizar o uso da água. Ele citou os satélites, já usados na administração de florestas, e a elaboração de um código de eficiência do uso da água, com limites de utilização para cada tipo de consumo.

Também no debate, Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse apoiar a proposta de reservar 20 metros quadrados de área verde para cada habitante em perímetros urbanos.

## Cássio quer debate sobre semiárido e Caatinga

“Não só pela falta d’água, mas principalmente pela escassez de políticas focadas, que se mostrem efetivas e impactem positivamente na vida das pessoas”, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) considera inadiável o debate sobre o semiárido e o bioma Caatinga.

O senador participa na Rio+20 do evento “Ações de desenvolvimento sustentável para o combate a desertificação e mitigação dos efeitos da seca”. Segundo ele, “o maior desafio após a conferência mundial é ampliar o poder de visão das pessoas”.



Cássio, na Rio+20: “O desafio agora é ampliar a visão das pessoas”

— Não sairemos daqui com soluções mágicas — afirmou. Cássio criticou a falta de continuidade e de convergência

dos programas governamentais voltados ao semiárido nordestino. Ele afirmou que, “de toda região semiárida do planeta, a Caatinga, exclusivamente brasileira, é a mais rica em biodiversidade”.

— O uso planejado e racional da Caatinga por meio do manejo florestal é uma alternativa viável para a produção sustentável de produtos florestais. É o caminho correto para fornecer, de forma constante, os recursos necessários à sobrevivência do sertanejo, sem a necessidade de destruição de outras áreas — avaliou.

# Rio+20 ampliará consciência global sobre preservação, afirma Sarney

Presidente do Senado acredita que a conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável ajudará a sociedade a pressionar os governos pela preservação do planeta. Ele lembra que, desde a Rio-92, o Brasil tornou-se exemplo de matriz energética sustentável e de gestão responsável dos recursos naturais



O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, mostrou-se confiante na capacidade da sociedade de pressionar seus governantes a adotarem posição em favor da preservação do planeta. Para ele, a Rio+20 cumprirá a função de ampliar a consciência mundial sobre proteção do meio ambiente.

— Não devemos nos limitar a dizer que os documentos [que sairão da Rio+20] serão tímidos ou que não serão capazes de definir metas. Numa conferência tão grande, é difícil chegar ao consenso — disse o senador, ao observar que o mais relevante é o avanço na construção de uma consciência global.

Para Sarney, é natural que os governos busquem defender seus interesses, enquanto a sociedade combina a consciência individual sobre o meio ambiente com a preocupação de continuidade da Humanidade, o que resulta em uma força capaz de rejeitar políticas que possam levar à liquidação do planeta.

Mesmo assim, o senador considera frustrante a ausência de líderes de países ricos na fase final da Rio+20, tendo em vista terem sido esses países os primeiros responsáveis pelo planeta e hoje os maiores poluidores.

Sarney lembrou que as questões em debate são desdobramentos de discussões iniciadas em conferência realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (Suécia), em 1972.

— Foi a primeira tomada de consciência sobre uma mudança



Em entrevista, Sarney (E) resalta pesquisa de opinião feita pelo Senado revelando a importância que o brasileiro dá às questões ambientais

do problema ambiental. Foi quando chegamos à conclusão de que os recursos do nosso planeta são esgotáveis e a Humanidade não poderia deixar de pensar na sobrevivência da Terra — observou.

### De vilão a anfitrião

Sarney lembrou que o amadurecimento em relação a essas questões levou a ONU a convocar nova conferência 20 anos depois, a Rio-92. Ele salientou que o Brasil se empenhou para conquistar o direito de sediar aquele encontro de governantes.

Sarney contou que, dois anos antes, o país era tido como vilão do meio ambiente e que, como presidente da República, mobilizou o Ministério das Relações Exteriores para trazer a conferência para o Brasil.

— Foi a maneira que tivemos para mostrar que o Brasil não era

isso. Ao contrário, que sempre preservamos a natureza. Nós, brasileiros, preservamos a Amazônia até hoje e mostramos que somos capazes de cuidar da natureza — disse.

De acordo com o senador, o país hoje é exemplo de matriz energética sustentável e de preservação dos recursos naturais. Ele ressaltou que diversas estratégias brasileiras são referência em outros países, como na agricultura, onde o país conseguiu aumentar a produção por meio de ganhos de produtividade e não pela ampliação de área plantada.

Sarney disse, no entanto, que o país precisa continuar avançando e destacou a necessidade de combater as queimadas e pôr em prática uma política de preservação das águas.

Na sua avaliação, as novas tecnologias e o conhecimento científico hoje disponível conduzirão ao

desenvolvimento verde, com crescimento e preservação ambiental.

— Uma corrente diz que se deve estancar o desenvolvimento, outra que se deve caminhar no desenvolvimento controlado e outra, que está nascendo, que é o desenvolvimento verde, é aquela em que se pode crescer sem danificar a natureza.

### Pesquisa de opinião

O presidente do Senado comentou levantamento realizado pela Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop) que revelou a importância que o brasileiro dá às questões ambientais (*leia ao lado*).

— A pesquisa mostra que há uma consciência nacional sobre o problema ambiental e que a população brasileira está disposta a fazer sacrifícios, contanto que se preserve o meio ambiente — frisou.

## Conferência dedica agenda ao Acre

Anibal Diniz (PT-AC) disse que a Rio+20 dedicou ontem parte de sua agenda ao Acre. Segundo o senador, o Dia do Acre ocorreu no Espaço Tom Jobim, no Jardim Botânico. Participaram o governador do estado, Tião Viana, o senador Jorge Viana (PT-AC) e outras autoridades.



Anibal Diniz destaca Dia do Acre na Rio+20

— O Acre tem posição privilegiada na Amazônia e experiência de desenvolvimento sustentável — afirmou Anibal.

O senador disse que Jorge Viana, com representantes de cooperativas e de empresas ligadas ao reflorestamento, participou de debate sobre empreendedorismo sustentável. Outro debate, sobre novos desafios para política, educação e tecnologia, foi coordenado pelo deputado Sibá Machado (PT-

AC). Financiamento de projetos sustentáveis e habitação e produção na floresta nativa foram outros temas em debate.

Para Anibal, a produção sustentável depende da inovação tecnológica e do desenvolvimento científico, que podem alterar os padrões de produção e de consumo.

Ele destacou a importância de buscar fontes de energia alternativas.

O senador contou que o Acre tem dado passos importantes e destacou mecanização agrícola, avanços no desenvolvimento genético do gado e projetos de piscicultura. O projeto de florestas plantadas, segundo ele, recupera áreas degradadas.

— O Acre tem 87% de sua floresta original conservada, e suas experiências contribuem para o desenvolvimento sustentável — afirmou.

## Wellington não vê avanço significativo

Na avaliação de Wellington Dias (PT-PI), o documento final da Rio+20 “não deverá conter propostas inovadoras importantes em relação à Rio-92, sobretudo em razão da crise econômica mundial, que afeta negativamente as áreas social e ambiental”.



Wellington: “Rio+20 só vai gerar fórum informal”

Apesar de o texto do acordo final ainda não ter sido oficialmente divulgado, o senador disse já ser possível perceber que, “apesar de um grande esforço brasileiro e também das lideranças da Noruega e outros países” a conferência resultará, “no máximo, em um grupo de trabalho, um fórum informal, mas não institucionalizado, como era o desejo”.

Wellington, destacou, no entanto, alguns itens importantes aprovados

no texto final, como o princípio intergeracional — um compromisso de todos com as gerações futuras — e o tratamento das questões ambientais a partir de três grandes eixos: ambiental, social e econômico.

**Carta dos índios**  
O senador informou ainda que, em sua participação na conferência, referendou o documento produzido pela Conferência Mundial dos Povos Indígenas, intitulado de Declaração Kari-Oca 2. Essa carta deverá ser entregue aos líderes mundiais reunidos no Riocentro.

Wellington se comprometeu a encaminhar cópia da carta à presidente Dilma Rousseff e aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

## Brasileiro vincula preservação ao desenvolvimento

Pesquisa realizada pelo Senado revelou que 90% dos brasileiros avaliam que preservar a natureza pode contribuir para o desenvolvimento econômico, enquanto 72% defendem a ideia de que preservação e crescimento devem andar juntos.

Responsável pela pesquisa, a Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop)

fez a radiografia da relação do brasileiro com o meio ambiente para auxiliar o trabalho dos senadores na Rio+20.

Por meio da sondagem, o brasileiro disse o que pensa sobre temas como sustentabilidade, hábitos de consumo e legislação ambiental. Para 71%, por exemplo, as leis brasileiras que tratam do tema

são brandas demais. Outros 22% as consideram adequadas, e apenas 4% julgam que elas são suficientemente rigorosas.

A Sepop entrevistou, por telefone, de 1º a 14 de junho, 1.200 moradores de 119 municípios, incluindo as capitais de todos os estados. A margem de erro é de 3% para mais ou para menos.

### Em favor do verde

Pesquisa da Sepop ouviu 1.200 brasileiros, de 119 municípios, incluindo todas as capitais, na primeira quinzena de junho

**Qual sua maior preocupação hoje?**

Saúde	32%
Segurança pública	16%
Educação	15%
Corrupção	13%
Meio ambiente	11%
Emprego	5%
Custo de vida	4%
Habitação	1%
Infraestrutura	1%
Outro	1%
NS/NR	1%

**Você acredita que preservar a natureza pode ajudar ou pode atrapalhar o desenvolvimento econômico do país?**

Ajudar	90%
Atrapalhar	8%
NS/NR	2%

**Na sua opinião, a legislação sobre meio ambiente no Brasil é:**

Rigorosa demais	4%
Adequada	22%
Branda demais	71%
NS/NR	3%

**Para você, crescimento econômico e proteção do meio ambiente devem estar:**

Muito próximos	72%
Nem próximos, nem distantes	11%
Muito distantes	16%
NS/NR	1%

**Na hora de escolher em quem votar, você leva em conta as propostas sobre meio ambiente do candidato?**

Sempre	49%
Frequentemente	17%
Às vezes	17%
Raramente	8%
Nunca	5%
NS/NR	5%

**Você prefere comprar um produto:**

Mais caro de uma empresa que respeita o meio ambiente	88%
Mais barato, mesmo que a empresa não respeite o meio ambiente.	9%
NS/NR	4%

**Você costuma verificar se o produto foi reciclado?**

Sim	54%
Não	43%
NS/NR	3%

**Se você tivesse um carro que funciona a álcool e a gasolina e o preço fosse o mesmo, você usaria:**

Álcool, que rende menos, mas polui menos	87%
Gasolina, que polui mais, só que rende mais	11%
NS/NR	1%

## Eleitor leva em conta propostas ambientais

Candidatos comprometidos com o meio ambiente poderão levar vantagem nas próximas eleições, segundo a pesquisa do Senado. Entre os cidadãos ouvidos, 49% disseram que sempre consideram as propostas ambientais apresentadas. Outros 17% afirmaram levá-las em conta frequentemente. Apenas 5% admitiram nunca se preocupar com elas.

Apesar da importância que dão às propostas, 40% dos cidadãos afirmaram que as leis ambientais raramente são cumpridas e 19% disseram que elas nunca são observadas. Outros 34% acreditam que apenas às vezes isso acontece.

Entre as causas para o não cumprimento da legislação ambiental, são apontadas a corrupção (33%), a falta de fiscalização (26%) e a ausência de educação ambiental (24%).

**Consumo**  
A conferência da ONU é uma grande oportunidade para afirmar o compromisso político dos países com a busca por um modelo sustentável de desenvolvimento, que visa

reavaliar o acúmulo de riqueza como critério único para o desenvolvimento dos povos.

Por isso, a mudança na estrutura de produção e no padrão de consumo da sociedade também foram considerados na pesquisa. A Sepop investigou hábitos dos consumidores brasileiros e o resultado mostrou, novamente, que a preservação é prioridade na hora da compra: 88% dos entrevistados disseram preferir utilizar o álcool, porque polui menos, embora a gasolina renda mais. O dado revela a disposição dos consumidores em pagar pela manutenção de melhores condições ambientais.

Se tivessem um carro funcionando a álcool e a gasolina, sendo o mesmo preço para ambos, 89% dos entrevistados disseram preferir utilizar o álcool, porque polui menos, embora a gasolina renda mais. O dado revela a disposição dos consumidores em pagar pela manutenção de melhores condições ambientais.

**Projeção**  
Os entrevistados relacionaram o meio ambiente com a projeção do Brasil no mundo. Para 92% dos cidadãos ouvidos, o país deve dar muita importância ao tema durante as negociações internacionais.

Entre os maiores entraves à sustentabilidade, foram apontados o desmatamento (56%), a poluição da água (23%) e a poluição do ar (14%).

Parlamento do Mercosul ainda não realizou nenhuma reunião este ano porque aguardava definição dos representantes da Argentina

# Participação de argentinos permite sessão do Parlasul no dia 2 de julho

A PRIMEIRA SESSÃO do ano do Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverá ocorrer no dia 2 de julho, em Montevideu (Uruguai). A reunião se tornou possível depois que o deputado Guillermo Ramón Carmona, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados da Argentina, confirmou em Brasília que os deputados de seu país estarão presentes na capital uruguaia para garantir quórum.

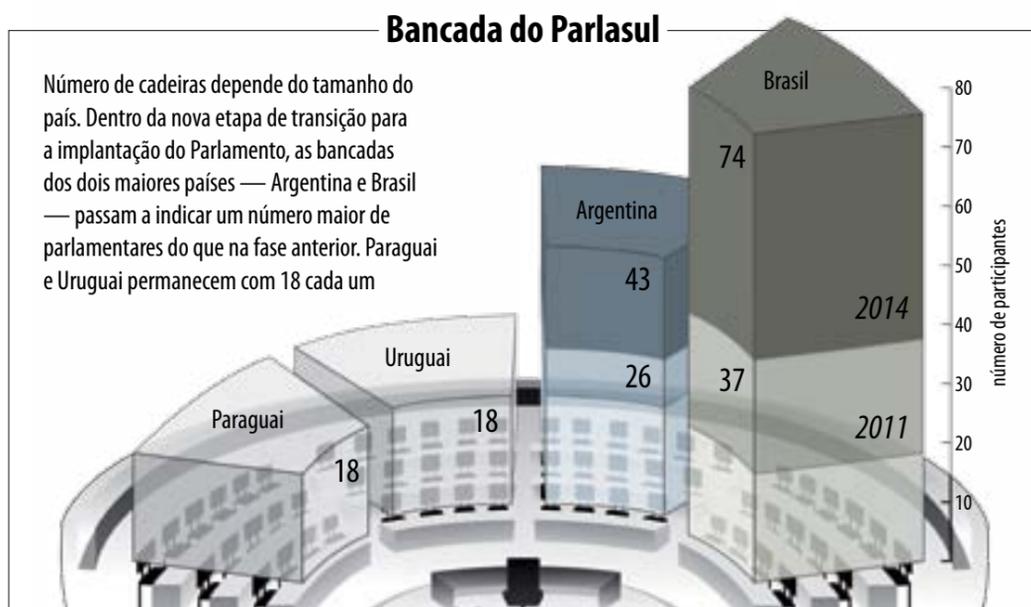
O comparecimento dos deputados argentinos foi anunciado por Carmona terça-feira, durante audiência pública sobre o comércio entre a Argentina e o Brasil, promovida pela Representação Brasileira no Parlasul. A nova Representação Argentina, formada após as eleições do final do ano passado naquele país, terá 26 parlamentares, dos quais 15 já foram indicados. O quórum mínimo é de 14 argentinos.

O atual presidente do Parlasul, o paraguaio Ignacio Mendoza, já enviou aos quatro países do bloco — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — um ofício de convocação da sessão de 2 de julho. Depois da confirmação, o presidente da Representação Brasileira, senador Roberto Requião (PMDB-PR), autorizou as consultas à bancada brasileira sobre o comparecimento.

A última sessão do Parlasul ocorreu em dezembro, quando tomaram posse os novos integrantes da Representação



Requião, entre os parlamentares argentinos Guillermo Ramón Carmona e Laura Gisela Montero, preside o Parlasul



Brasileira, composta por 37 parlamentares — sendo 27 deputados e 10 senadores.

As bancadas dos dois maiores países, Argentina e Brasil, terão mais parlamentares do que na fase anterior. Paraguai e Uruguai permanecem com 18 parlamentares cada um.

Depois das eleições argentinas, a Câmara e o Senado precisavam indicar os seus representantes. Mas não havia ocorrido ainda um acordo entre as duas Casas. Por isso, ainda não houve nenhuma sessão do Parlasul neste ano. As sessões só podem

ser abertas com a presença de pelo menos metade mais um dos integrantes de cada representação nacional. Como os deputados garantiram presença na capital uruguaia, provavelmente o Parlasul voltará a funcionar normalmente a partir de 2 de julho.

## Paim defende instalação de *free shops* em cidades gêmeas na fronteira

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/12, que autoriza a instalação de lojas francas (*free shops*) em cidades caracterizadas como gêmeas de municípios estrangeiros de fronteira, onde há fusão de centros urbanos.

— Esse projeto trará benefícios principalmente para

os brasileiros e aqueles que moram na fronteira — disse.

O projeto, votado em 2011 na Câmara, já foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda designação do relator. Caberá à CAE a decisão em caráter terminativo.

## Comissão de Direitos Humanos debate estatutos da Cidade e do Motorista

Está prevista para segunda-feira, dia 25, audiência pública sobre o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que fixa diretrizes gerais para a política urbana. O debate será promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

No dia seguinte, em outra audiência pública, a CDH

discutirá a situação dos motoristas profissionais e a violência no trânsito. Serão abordados itens como a lei que regulamenta a profissão de motorista (12.619/12), recentemente sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

As duas audiências foram solicitadas pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

## João Vicente pede socorro às vítimas da seca no Piauí

João Vicente Claudino (PTB-PI) se mostrou preocupado com a seca no Piauí. O parlamentar disse que 150 municípios foram atingidos e apontou problemas no socorro às vítimas: carros-pipa não estão atendendo a população de forma continuada. Além disso, disse, mais de 90% da produção agrícola do estado se perdeu, o que gera inflação e encarece a cesta básica.

Depois de visitar os locais atingidos, o senador solicitou audiência na Secretaria Nacional de Defesa Civil. Ele afirmou que os municípios recebem ajuda de 10 a 15 dias e depois passam até um mês sem atendimento.

João Vicente informou que atividades como criação de ovinos e caprinos, pecuária e apicultura sofrem um abalo intenso por causa da seca. Ele contou que os criadores têm de vender seus animais a preços subvalorizados.

— O flagelo da seca está ferindo de morte a esperança do povo do Piauí.

O senador disse que a preocupação maior é com o segundo semestre, quando começa o verão.

— O Piauí é o maior produtor de caju do Brasil. Essa atividade estará comprometida se não houver mudança do clima. Se não fizermos algo rápido, vamos condenar grande parte do nosso povo a esse futuro árido — afirmou.



Senador diz que carros-pipa não atendem de forma continuada

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Petecão rebate declarações sobre homenagem ao Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) reprovou declarações publicadas no jornal *Página 20*, do Acre, sobre a sessão em homenagem aos 50 anos de autonomia política do estado, realizada segunda-feira no Senado. O jornal teria criticado o seu discurso e insinuado que a transmissão da sessão foi interrompida pela TV Senado no momento do discurso do governador do estado, Tião Viana (PT), a pedido do presidente da Casa, José Sarney.

Petecão afirmou que a Comunicação Social do Senado divulgou nota, assinada por seu diretor, Fernando Cesar Mesquita, esclarecendo que a exibição foi interrompida por questões regimentais e que José Sarney sequer encontrava-se na Casa no

momento da homenagem. O senador ressaltou que a sessão será exibida pela TV ao longo das próximas semanas.

Sobre seu discurso no evento, Petecão disse reconhecer todos os avanços conquistados pelo Acre nos últimos anos, mas disse que não poderia perder a oportunidade de falar ao governador, presente na sessão solene, dos problemas que assolam o estado.

— No Acre nem tudo são flores. Temos problemas, sim — afirmou, lembrando questões como o fornecimento irregular de energia elétrica, o estado precário do aeroporto de Rio Branco e a falta de saneamento em várias cidades.

Petecão também ressaltou que outros políticos participaram da história do Acre antes da chegada do PT ao governo local, há 12 anos. Segundo o senador, há pessoas que dedicaram a vida à melhoria do estado.

Petecão também agradeceu a presidente Dilma Rousseff pelos recursos liberados para ações no Acre e cobrou do governo do estado maior divulgação das ações realizadas com recursos ou ajuda do governo federal.



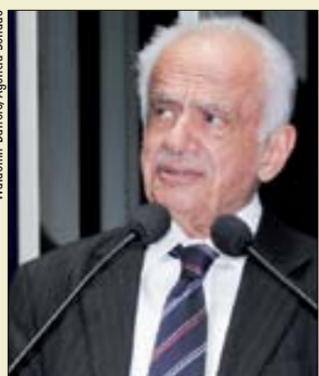
Não só políticos do PT participaram da história do Acre, diz Petecão

## Pedro Simon pede Instituto Nacional de Oceanografia

Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu a criação do Instituto Nacional de Oceanografia para coordenar estudos, políticas e ações referentes ao ambiente marítimo, além de representar o país em reuniões e congressos nacionais. Ele recomendou que o instituto oceanográfico vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (Furg) sedie o órgão federal, pelo trabalho desenvolvido e pela excelência reconhecida.

— Neste momento em que estamos inaugurando oficialmente a Rio+20, pedimos à presidente Dilma que encare a importância e o significado da decisão de criar o instituto. É incompreensível que ainda não tenha no Brasil, mas é importante que saia — afirmou.

A Furg tem, em seu histórico, o primeiro curso de Oceanologia do Brasil, criado em 1970. A fundação também foi o berço de projetos reconhecidos nacionalmente como o Tamar e o Peixe-boi Marinho. Ela mantém ainda um museu oceanográfico na Laguna dos Patos, numa área de 42 hectares de marismas (ecossistema úmido com plantas herbáceas que crescem na água) localizada



Para Simon, sede de novo órgão federal deveria ser Porto Alegre

no litoral do estado e que é *habitat* de muitas espécies.

Atualmente a entidade desenvolve, em parceria com o governo federal e a Organização das Nações Unidas (ONU), o mapeamento costeiro do país em atendimento à Convenção Internacional sobre os Direitos do Mar. O projeto traça um perfil dos fundos da costa e das ilhas oceânicas. Até o momento, dos 7.400 quilômetros de costa marítima, mais de 5 mil já foram mapeados.

Segundo Pedro Simon, também é importante considerar a localização da Furg, no coração do Mercosul, próximo a Porto Alegre, Montevídeu (Uruguai), Buenos Aires (Argentina) e Santiago (Chile).

Francis Wolff, professor da Escola Normal Superior de Paris, falou sobre a ameaça do apolitismo para a democracia; Fórum Senado Brasil continua hoje, com conferência do filósofo Charles Girard, da Sorbonne



Público participa da abertura do Fórum Senado Brasil 2012, no auditório do Interlegis: conferências sobre grandes temas

## Filósofo francês abre ciclo de debates sobre a democracia

O PROFESSOR DE Filosofia Francis Wolff, da Escola Normal Superior de Paris, abriu ontem, no auditório do Interlegis, o Fórum Senado Brasil 2012. A primeira série de conferências do fórum é sobre democracia. Wolff falou do apolitismo como risco à democracia.

O fórum continuará hoje, com Charles Girard, filósofo e professor da Universidade de Paris-Sorbonne, cujo tema será “Sobre o consenso na democracia: igualdade, unanimidade e legitimidade”. Ao longo das próximas semanas, falarão outros intelectuais.

Na conferência de ontem, Wolff alertou para o seguinte paradoxo: assim que o povo oprimido por um tirano conquista a liberdade, usa-a para não se envolver na política.

O professor distinguiu o egoísmo do individualismo, salientando que este é um produto da sociedade democrática que favorece a “subjativização” dos indivíduos e os permite realizar-se sem relação de dependência à comunidade. Para ele, isso faz com que as pessoas se excluam da vida pública. Como “não há vácuos de poder”, segundo Wolff, os cidadãos entregam seu poder de decisão a políticos profissionais, o que gera incompreensão e antipatia à classe política e acaba favorecendo os corruptos.

Para Wolff, o apolitismo se manifesta em diversas formas, como a abstenção eleitoral na Europa e o consumismo exacerbado. O professor apontou a ação de igrejas evangélicas

como portadoras do conflito da “salvação eterna contra a pólis”.

O embaixador Jerônimo Moscardo, presidente da comissão organizadora do Fórum Senado Brasil 2012, abriu os trabalhos salientando a preocupação do presidente da Casa, José Sarney, para “articular a massa cinzenta” de um país que atinge o posto de sexta economia mundial. Moscardo espera que os intelectuais convidados provoquem a elite a pensar sobre o país:

— É preciso retomar o entusiasmo. Que projeto estamos formulando para o Brasil?

Os seminários começam sempre às 19h e a entrada é gratuita. Os interessados podem inscrever-se pela internet ([www.senado.gov.br/senado/forumsenado2012](http://www.senado.gov.br/senado/forumsenado2012)).

## Mozarildo: população não pode ser apolítica

A entrevista que o filósofo Francis Wolff concedeu ao **Jornal do Senado**, publicada na edição de ontem, repercutiu no Plenário. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) subiu à tribuna para dizer que Wolff tem razão quando afirma que o apolitismo (o desinteresse dos cidadãos pela política) é uma ameaça à democracia.

— As pessoas de bem acham que não devem entrar na política, porque é um jogo sujo, que a eleição só é vencida por quem compra voto ou tem dinheiro para pagar bons marqueteiros, bons produtores de propaganda eleitoral. Mas, quando não se envolvem, os bons abrem caminho para que os maus prosperem na política — explicou o senador.

Wolff é professor de Filosofia



Mozarildo Cavalcanti lê trechos da entrevista do filósofo Francis Wolff sobre o apolitismo

na Escola Normal Superior de Paris. Ontem à noite, em Brasília, ele fez a primeira palestra do Fórum Senado Brasil 2012.

Mozarildo disse que o fato de haver cidadãos afastados da política é motivo de especial

preocupação neste ano, em que o país elegerá prefeitos e vereadores.

A respeito do trecho em que o filósofo francês afirma que “o povo está para a democracia assim como don Juan está para as mulheres: a conquista mobiliza toda a sua energia, mas a posse o entedia”, o senador explicou:

— Quando há uma ditadura, um regime em que as garantias individuais e a liberdade de expressão são suprimidas, o povo vai às ruas. Mas, quando há democracia, o povo se desintereza da política, porque acha que é uma coisa perniciosa. Mas é muito importante que as pessoas que desejam o bem deste país se interessem, sim, pela política.

# Comissão da Câmara unifica teto salarial

Texto define na Constituição que salário máximo do funcionalismo será o do ministro do STF e irá ao Plenário antes de vir para o Senado

A PROPOSTA DE Emenda à Constituição (PEC) 5/11, que iguala os salários do presidente da República, do

vice-presidente, dos ministros, dos senadores, dos deputados federais, do procurador-geral da República e do defensor público-geral ao do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foi aprovada ontem pela comissão especial que analisa o assunto. A proposta ainda precisa ser votada em dois turnos no Plenário da Câmara, e depois vem para o Senado.

Atualmente, os ocupantes desses cargos já recebem a mesma remuneração, por força do Decreto Legislativo 805/10. Entretanto, o decreto não prevê o reajuste automático quando os vencimentos dos ministros do STF aumentarem.

A proposta deixa claro na Constituição que o subsídio máximo, hoje de R\$ 26,7 mil, será o teto único do funciona-

lismo público. O limite valerá para ocupantes de cargos e funções de qualquer dos Poderes da União, dos estados, Distrito Federal e municípios.

O texto é um substitutivo do deputado Mauro Lopes (PMDB-MG) à PEC de Nelson Marquzelli (PTB-SP), para quem a mudança acabará com o “constrangimento” de os deputados aumentarem o

próprio salário.

— Os 11 ministros do STF é que terão a responsabilidade de promover aumento no teto salarial brasileiro — afirmou.

As propostas de reajuste continuarão passando pelo Congresso. O texto também exige lei municipal para fixar o salário de vereadores, hoje definido pelas câmaras municipais.

## Economia piora e governo não promove reformas de que o país precisa, diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) chamou atenção para a recente piora dos indicadores econômicos brasileiros e afirmou que o governo parece incapaz de promover as medidas e reformas de que o país precisa. Ele apontou os reduzidos investimentos públicos e privados, que poderiam garantir o crescimento da economia.



Alvaro: governo apostou alto em uma única estratégia, o consumo

O senador afirmou que o crescimento do PIB em 2012 deve ficar entre 1,8% e 2,3%, segundo institutos e especialistas, abaixo dos 2,7% registrados em 2011.

Alvaro Dias disse ainda que o setor de serviços, que mais emprega, está perdendo fôlego, os investimentos estão muito baixos e que ape-

nas o aumento do consumo não sustentará o desempenho da economia.

— O governo apostou alto em uma única estratégia, a do consumo, e esqueceu-se dos investimentos.

O senador ressaltou também que o endividamento e a inadimplência das famílias e das pessoas físicas estão aumentando e o governo gasta demais com a máquina pública.

Para Alvaro Dias, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem apostado no aumento do consumo como solução para o crescimento do produto interno bruto (PIB), quando a população, endividada, não tem como gastar mais.

— A economia brasileira começa a fazer água. O governo precisa acordar e adotar as medidas necessárias.

## Para Paim, investimentos em saneamento básico no país ainda não são suficientes

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu mais investimentos em saneamento básico no Brasil. Para ele, apesar da “pujança econômica”, o país ainda sofre com os problemas de saneamento, que causam a morte de cerca de 2 mil pessoas por ano.

— Não podemos permitir que nossas crianças continuem tomando

água sem tratamento e brincando em ruas onde o esgoto corre a céu aberto.

Paim apresentou dados de 2008 do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades, mostrando que, apesar de mais de 80% da população brasileira ter água tratada, 57% das pessoas não têm esgoto coletado e menos de 35% do volume do esgoto recolhido recebe tratamento.



Problema é causa da morte de 2 mil pessoas por ano, afirma Paim

O senador também citou relatório do Instituto Trata Brasil que aponta um custo anual de R\$ 161 milhões do Sistema Único de Saúde (SUS) com internações por infecções gastrointestinais.

— Se essas doenças, relacionadas à falta de saneamento, causam tamanho prejuízo econômico ao país, o atendimento adequa-

do a toda a população traria ganhos econômicos importantes — afirmou.

Paim elogiou ações do governo em saneamento desde 2003, mas lamentou o fato de apenas 40% dos R\$ 40 bilhões previstos para o setor entre 2007 e 2010 terem sido liberados até o último ano do período. A segunda fase do programa prevê, até 2014, investimentos de R\$ 45 bilhões, disse Paim.

# Recicle seus hábitos Renove seu conhecimento

Os principais temas que interessam a você e à sociedade brasileira estão na *Em discussão!* A revista traz nesta edição debates e reflexões sobre a participação do Senado nos preparativos da conferência Rio+20.

A revista *Em discussão!* é uma publicação do Jornal do Senado Disponível para leitura no site [www.senado.gov.br/emdiscussao](http://www.senado.gov.br/emdiscussao)

*Em discussão!*  
Informação e novas ideias.

Secretaria Especial de  
Comunicação Social

SENADO  
FEDERAL

